

Perspectivas sociopsicológicas do trabalho na contemporaneidade sob a lógica do capitalismo e da economia solidária

Sociopsychological perspectives of contemporary labor under the logic of capitalism and of the solidarity economy

Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi¹

arij.chabrawi@gmail.com

Resumo. O presente estudo buscou fazer uma breve análise da sociedade contemporânea sob a perspectiva de teorias psicossociais para entender como esta sociedade cria sentidos, valores e concebe sua própria realidade. Dado que o trabalho assume importância central na vida do homem contemporâneo, procedeu-se à análise do contexto e dos aspectos da vivência do trabalho sob a lógica do capitalismo e da economia solidária, contrapondo seus elementos, valores, significações e práticas. Neste sentido, o estudo procurou demonstrar os meios pelos quais a economia solidária busca alternativas, ainda que incipientes, em alguns âmbitos da vida humana para fazer frente ao modelo hegemônico do capitalismo; apesar das dificuldades e contradições que estas iniciativas necessariamente acarretam em seu âmago, buscam ser polifônicas, legítimas, plurais, inclusivas e comportam em seu desenvolvimento a qualidade de vida do homem e do meio em que está ambientado.

Palavras-chave: contemporaneidade, subjetividade, trabalho, economia solidária.

Abstract. The present study aimed to make a brief analysis of contemporary society from the perspective of psychosocial theories to understand how this society creates meanings, values and designs its own reality. Since work has a central importance in modern life, we analyzed the context of work and the aspects of the experience of it under the logic of capitalism and the logic of solidarity economy, contrasting its elements, values, meanings and practices. Therefore, the study sought to demonstrate the means by which the solidarity economy seeks alternatives, albeit incipient, in some spheres of human life to face the hegemonic model of capitalism; despite the difficulties and contradictions that these initiatives necessarily entail at their core, they seek to be polyphonic, legitimate, plural, inclusive and include in their development the quality of human life quality and the environment.

Keywords: contemporaneity, subjectivity, work, solidarity economy.

Psicossociologia e teorias socioculturais

O presente estudo busca analisar a relação de sociedade e trabalho a partir da perspectiva psicossocial e de teorias socioculturais para se entender a realidade e sua construção, sob a ótica da sociologia do conhecimento, e o con-

texto socioeconômico na qual se insere. Para tanto, serão brevemente abordados alguns conceitos teóricos para conceituar a compreensão e convergência de elementos que serão agrupados em torno deste estudo.

A contemporaneidade está marcada por características como a efemeridade nos desejos

¹ Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70910-900, Brasília, DF, Brasil.

e prazeres, a superficialidade nos comportamentos, o consumismo, a sobrevalorização de aspectos estéticos e imagéticos, a busca de uma pseudoindividualidade marcada pela padronização imposta ao coletivo, que influem tanto na eterna dialética da construção da realidade social quanto na formação de identidade e subjetividade dos atores desta sociedade. Contudo, para se compreender as subjetividades contemporâneas e identidades, é necessário o entendimento de como a realidade e a vida social são criadas dentro de uma perspectiva psicossociológica, bem como o entendimento sociocultural amplo das mudanças ocorridas nas sociedades que as precederam e dotaram de sentido histórico.

Vemos em Nasciutti que

Esse coletivo é ainda atravessado por um imaginário que ele próprio se constrói continuamente, através do qual a sociedade designa sua identidade e se representa. O social não atua simplesmente sobre o comportamento individual, mas faz parte dele, se inscreve no corpo, no psiquismo mais profundo, na representação que o indivíduo faz de si mesmo e dos outros, nas relações que ele mantém com o mundo que lhe é exterior. [...] este social é regulado, simbolizado e idealizado por processos psicossociais que ultrapassam a problemática psíquica do sujeito, embora dela oriundos (Nasciutti, 1996, p. 52).

Segundo Berger e Luckmann (1972) em sua teoria sobre a “Construção social da realidade”, o homem é constituído por uma base biológica limitante porque sozinha não encerra comportamentos mais adequados e tampouco o adapta a seu ambiente. É necessário que ele reconstrua e signifique tudo que se encontra ao seu redor. Ademais, o indivíduo possui uma incrível necessidade de exteriorizar-se, de amoldar suas características biológicas à configuração do ambiente para uma maior adequação deste a si mesmo. Dessa forma, introjeta os dados que seu meio lhe oferece, elabora-os a partir de sua visão de mundo e exterioriza esses produtos ao objetivá-los em hábitos, crenças, verdades e padrões comportamentais bem-sucedidos, por exemplo. Objetiva-os como também objetiva seus instrumentos, parâmetros e valores. A próxima etapa, de acordo com a teoria, é a internalização dessa nova realidade para que possa finalmente pertencer à subjetividade, estar presente no psiquismo e posteriormente na linguagem. Finalmente legitima-os para se tornarem construtos sérios, padrões exempla-

res. O último passo é legitimar a configuração da realidade criada, torná-la coesa e justificada para que assim seja institucionalizada e sobreviva longo tempo.

Dessa forma, o homem é tanto agente da cultura que produz munido de sua linguagem, relações e recursos sociais dos quais dispõe, sendo construída coletivamente, quanto paciente desta cultura que age sobre ele, muitas vezes ditando regras, normatizações e padrões em ser, pensar, vestir e agir no mundo. Dentro desta perspectiva sociocultural, está a abordagem do interacionismo simbólico que, muito longe de afirmar que o homem apenas sofre influências de seu meio, sustenta ser ele a base da produção de sentidos e da própria realidade em que vive. É por meio de suas relações com o outro que o homem funda a perspectiva simbólica conferida às suas próprias ações, sendo regulado, dialeticamente, pelos demais elos simbólicos, construídos coletivamente. As estruturas simbólicas construídas nas interações passam a controlar a si mesmas e a outras interações das quais o indivíduo participa, formando uma circularidade.

Trabalho e subjetividade na contemporaneidade

No bojo do cenário da sociedade contemporânea, o trabalho assume inegável importância como fonte de discussão e estudo para o entendimento de como esta realidade se construiu, se mantém continuamente e é fonte perene de gozo e sofrimento para o sujeito contemporâneo.

Para se tratar do trabalho na contemporaneidade, devem-se rever seus significados e o caráter plural e de múltiplas significações que assume. Para além de a atividade laboral ser fonte de experiência psicossocial, é também um fator central na vida das pessoas, ocupando importante espaço e tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea. O trabalho surge não apenas como meio para a satisfação das necessidades básicas, mas como fonte de identificação, de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade (Navarro e Padilha, 2007) e, principalmente, de construção identitária e sentimento de pertença a um grupo, conferindo, assim, caráter de legitimidade ao indivíduo.

Entende-se aqui o conceito de trabalho a partir do princípio marxiano como algo in-

trinsecamente ligado ao ser humano, como a atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; ele é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, condição natural e eterna da vida humana, e por meio dele o homem se torna um ser social (Marx e Engels, 1989). Contudo, sabe-se que este é o conceito do trabalho abstrato, sendo difícil afirmar se alguma civilização já viveu a plenitude do trabalho apenas como fonte de realização de necessidades, pessoais e profissionais, em simbiose com a natureza e os homens, sem a vertente perversa e concreta do trabalho que causa mais sofrimento que saciedade. Como apontam Navarro e Padilha,

[...] as pessoas, apesar das transformações que testemunhamos hoje, continuam ancorando sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em situação de desemprego. A centralidade do trabalho dá-se não só na esfera econômica (o trabalho é a fonte de renda da maioria da população mundial) como também na esfera psíquica – o que, certamente, representa um paradoxo, uma vez que a atividade laboral ainda parece ser uma importante fonte de saúde psíquica (tanto que sua ausência, pelo desemprego ou pela aposentadoria, é causa de abalos psíquicos) ao mesmo tempo em que se registram cada vez mais pesquisas que evidenciam o trabalho como causa de doenças físicas, mentais e de mortes. É preciso perguntar: que tipo de trabalho adoece corpo e mente e até mata? Certamente, não é o trabalho criativo, produtivo, prazeroso, que deveria ser central na vida das pessoas (Navarro e Padilha, 2007, p. 14).

Com isso, observa-se que a construção da realidade social na perspectiva de Berger e Luckmann (1972), tanto do trabalho quanto do desemprego, consiste em vivê-los na constante dicotomia entre parcelas de prazer e sofrimento, tornando esta concepção normalizada e banal. No âmbito do trabalho, Tavares (2004) afirma que as organizações empresariais são produtoras de subjetividades, manipulando o consumo (e os consumidores) através das marcas, como uma forma de alegoria (emblema) pós-moderna, que atuam no imaginário como sedutores dispositivos de controle.

As grandes potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes (Hardt e Negri in Tavares, 2004, p. 127).

Perspectivas do trabalho no capitalismo contemporâneo

Tal como proposto por Navarro e Padilha (2007), o capitalismo traz consigo uma série de contradições, muitas delas relacionadas ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que o trabalho é fonte de humanização e é fundador do ser social, sob a lógica do capital eventualmente ele pode se tornar degradado, alienado, estranho. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender às necessidades do capital.

Ao mesmo tempo e desde o seu surgimento, o capitalismo criou o aprofundamento abissal de contradições sociais e econômicas inerentes ao seu modelo de produção, tal como afirmou Marx, criando pequenas ilhas de riqueza em meio a oceanos de uma pobreza que vive marginalizada e refém de sobras. O trabalhador decai à condição de mercadoria e se torna tão mais pobre e pequeno quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O capitalismo traz a exacerbada valorização do mundo das coisas, no mesmo fluxo da desvalorização dos homens (Marx e Engels, 1989), e a consequência disto consiste em o trabalhador não produzir apenas a mercadoria, mas em acabar por conceber sua identidade como uma mercadoria, configurando todo o cenário de sucateamento da existência humana.

Neste sentido, o *ethos* humano e o processo de construção de sua realidade composta por sua identidade, subjetividade, as relações humanas que estabelece, os conceitos e os modos deletérios e perversos de viver criados pela sociedade contemporânea jamais poderiam ser compreendidos fora do contexto do capitalismo. Compreende-se aqui o capitalismo não apenas como um modelo de produção econômico, mas como forma de organização e construção da sociedade que dita normas e padrões de trabalho, de sobrevivência e, por conseguinte, da existência humana embasada em seus próprios valores e ética, onde o sujeito é impelido a ser alienado de si e a acreditar que não é dono do poder de decisão sobre seus padrões de existência e de consumo.

Consumismo e narcisismo no capitalismo contemporâneo

No que tange ao entendimento das mudanças ocorridas na sociedade, Severiano e Estramiana (2005) advogam que, com a globaliza-

ção do capitalismo contemporâneo, o processo de homogeneização da cultura acaba por ser obtido mediante o uso de padrões simbólicos a serviço da dinâmica do mercado. Mas, para que tal intento tenha sucesso, é necessário que os indivíduos estejam susceptíveis a este tipo de apelo, e o retorno a uma personalidade narcísica atende a esta necessidade.

A personalidade narcísica caracteriza-se por uma grande exigência de diversidade e pluralidade. Clama constantemente por auto-realização. Ego-centrado, particularista e hedonista, o narcisista busca viver intensamente o momento, desprezando o passado e negligenciando o futuro (Severiano e Estramiana, 2005, p. 42).

Autores como Lasch alertam para o fato de que o retorno a uma personalidade narcísica através do consumo é decorrente de uma desilusão dos ideais coletivos e de racionalidade. Instala-se aí uma cultura da sobrevivência, que crê que a individualidade e a felicidade serão alcançadas por meio do ato de consumir.

A cultura organizada em torno de consumo de massa estimula o narcisismo [...] não porque torna as pessoas gananciosas ou agressivas, mas porque as torna frágeis e dependentes. Corrói a sua confiança na capacidade de entender e formar o mundo e de prover as suas próprias necessidades. O consumidor sente que vive num mundo que desafia o entendimento e o controle práticos, um mundo de imensas burocracias de "sobrecarga de informações" e de complexos interligados sistemas tecnológicos, vulneráveis a súbitos colapsos... (Lasch in Soar Filho, 2002, p. 13).

Para Bauman, "A vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis" (Bauman, 2001, p. 90-91). Para Harvey (2006), vivemos num mundo em que a lógica da produção e distribuição das mercadorias está calcada na ênfase em qualidades como instantaneidade e descartabilidade. A contemporaneidade se concretiza, no âmbito individual, na associação entre o ato de consumir e a sua autorrealização. Para Santos (2011), o consumo, além de oferecer pistas sobre as dinâmicas sociais, estabelece um dos principais eixos de construção da identidade através de uma teia de significados construídos e validados socialmente, onde os bens não se resumem a produtos e serviços, mas a bens simbólicos, ideias, representações mediáticas e estilos de vida em que os indivíduos operam simbolicamente so-

bre o mundo e re(constroem) cotidianamente suas identidades e realidades sociais.

Neste sentido, os autores mostram o quanto o consumismo pode participar ativamente da vida dos indivíduos contemporâneos influenciando suas subjetividades, identidades, seu autoconceito e orientando seus desejos e pulsões. No entanto, esse mesmo consumismo não sacia e nem preenche a vida de sentido. Para Harvey (2006), ele estaria carregado de volatilidade e efemeridade, tonando difícil a manutenção consistente de qualquer sentido.

Nas palavras de Debord,

O consumidor real torna-se um consumidor de ilusões. A mercadoria é esta ilusão efetivamente real, e o espetáculo a sua manifestação geral [...]. Sem dúvida, a pseudonecessidade imposta no consumo moderno não se opõe a nenhuma necessidade ou desejo autêntico, que não seja, ele próprio, modelado pela sociedade e pela sua história. Mas a mercadoria abundante está lá como a ruptura absoluta de um desenvolvimento orgânico das necessidades sociais. A sua acumulação mecânica liberta um artificial ilimitado, perante o qual o desejo vivo fica desarmado. A potência cumulativa de um artificial independente conduz em toda parte à falsificação da vida social (Debord, 1997, p. 27 e 39).

O consumo surge como um marcador identitário e meio de expressão do coletivo como prática social, constituindo-se um importante sistema de comunicação, em que se podem conhecer os valores, concepções e representações dominantes em um determinado contexto sócio-histórico. O fato de poder traduzir e conceder acesso ao imaginário coletivo demonstra o quanto o consumo é decisivo na configuração das relações e vínculos sociais, nos mecanismos de pertença e diferenciação. É por excelência um grande produtor de invisibilidades e ausências e dissemina um sistema homogêneo de representações, legitimando uma única racionalidade socioeconômica, em detrimento de outros modos possíveis de organização e reprodução da realidade social (Santos, 2011).

Outro importante aspecto a observar sobre o consumo é a desvalorização progressiva dos bens, estando sempre vinculado às experiências que traz, bem como a obsolescência programada já na produção que permite elevar ainda mais o consumo e sustentar a reprodução do capitalismo e de pessoas alienadas da busca ativa e crítica por seus próprios valores, experiências, saberes, pluralidades, desejos e identidades.

Subjetividade e identidade na contemporaneidade

Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as identidades, é a capacidade de ‘ir às compras’ no supermercado das identidades, o grau de liberdade, genuína ou supostamente genuína, de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejada, que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias de identidade. Com essa capacidade, somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade (Bauman, 2001). De acordo com este autor, o conceito de modernidade líquida é o que desvela a subjetividade contemporânea postulada em um estado de fluidez, no devir de sujeitos inacabados, líquidos e plásticos, prontos para a metamorfose de identidade, a ser ditada pela próxima lógica de mercado.

Bauman (2001) também afirma que a então “subjetividade líquida” é sublimada através do compartilhamento no qual o sujeito e o social estão interconectados (e se produzindo mutuamente) e mediados por um coletivo que os atravessa. Essa subjetividade plástica é agenciada por uma poderosa operação de marketing, que faz o indivíduo acreditar que para “ser” é preciso pertencer e consumir, reconfigurando-se aos diversos espaços/territórios percorridos à busca de uma aceitação circunstancial. Assim, a ilusão de uma identidade fixa e estável, característica da sociedade contemporânea e industrial, vai cedendo terreno aos “kits de perfis padrão” ou “identidades prêt-à-porter”. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis (Rolnik *in* Tavares, 2004). Trata-se de modelos identitários efêmeros, descartáveis e sempre vinculados às propostas e aos interesses do mercado (Sibilia *in* Tavares, 2004).

No capitalismo da sociedade contemporânea, o trabalho surge como uma atividade estranha e fetichizada que cria valor de troca, onde o uso perde valor para a troca e os produtos não são mais produzidos prioritariamente para serem usados até o fim. Surge e reina o conceito de descartabilidade tanto da mercadoria, tão essencial ao consumismo no capitalismo independentemente de sua qualidade, quanto o conceito de subjetividade líquida (Bauman, 2001) que se coaduna perfeitamente ao padrão de descarte e consumo de identidades efêmeras e kits padrão *prêt-à-porter*. O fetiche da mercadoria é a aparência que se sobrepõe à essência, é o mundo

das coisas como objetivo final, provocando o comprometimento e/ou supressão da subjetividade: a “coisa” sufoca o “humano”. O fetichismo – este caráter misterioso das mercadorias – provém do fato de que elas ocultam a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total (Navarro e Padilha, 2007, p. 16).

As marcas comerciais constroem símbolos que se desconstroem em gozos polissignificantes. Através de processos comunicacionais e midiáticos perversos, produzem e fabricam subjetividades, que são identidades revogáveis e flutuantes à busca de um consumo frenético. Por ser interminável, o desejo que não se realiza perpetua uma patologia constante de sujeição ao consumo e enquadra-se dentro de uma subjetividade que escolhe as marcas tanto para nutrir um suposto “amor de si” quanto a um narcisismo socialmente estimulado.

O sujeito psíquico (dotado de pulsões, afetos, defesas e projeções, identificações e desejos, próprios do social que o constitui) e social (de uma cultura, de um contexto sócio-histórico, com valores de pertencimento e de aceitação, um indivíduo que vive no coletivo e busca se representar) se metamorfoseia, se dobra, desdobra e redobra; se ondula desterritorializando-se no espaço liso de uma sociedade pós-moderna (Tavares, 2004).

Retomando a perspectiva do trabalho no capitalismo, pode-se afirmar que este modelou a sociedade em parâmetros individualistas e autocentrados, com a intensificação do desemprego e da precarização do trabalho nos diferentes setores da economia. Assim como apontado por Navarro e Padilha (2007), a flexibilização trazida pela reestruturação produtiva exige cada vez mais trabalhadores ágeis, abertos às mudanças em curto prazo e que assumam riscos continuamente, causa não apenas sobrecarga, mas acarreta grande impacto para a vida pessoal e familiar de todos os trabalhadores, sejam eles empregados ou desempregados:

Os direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores estão sendo substituídos ou subtraídos nos quatro cantos do mundo. O desemprego força as pessoas, desesperadas pela falta de dinheiro e de reconhecimento social, a enfrentarem filas aviltantes para tentar uma vaga no mercado do emprego formal, mesmo que este seja alienado e estranhado. Tragicamente, até mesmo o trabalho que pode comprometer a saúde física e psíquica passa a ser objeto de desejo (Navarro e Padilha, 2007, p. 19).

Perspectivas do trabalho na economia solidária

A associação de homens e mulheres para sobreviver materialmente é parte da essência do trabalho e da história da humanidade, mesmo após o surgimento das sociedades de classes e da chamada civilização. Por toda parte e por muito tempo, as comunidades camponesas baseadas no trabalho coletivo continuaram sendo uma parte significativa dos sistemas econômicos. Com o advento da propriedade privada e a contratação do trabalho remunerado monetariamente, estes passaram a ser o fundamento das relações sociais, e, ainda assim, continuam existindo experiências e ideias de cooperação para produção e consumo (Cruz e Santos, 2011). Na segunda década do século XIX, toda uma geração de pensadores sociais propôs o estabelecimento de colônias coletivas e experiências sociais que pretendiam superar as misérias produzidas e intensificadas pelo capitalismo a partir da disseminação de formas associativas e cooperativas de existência econômica (Cruz e Santos, 2011). Tais propostas ocorreram no bojo do crescimento e da expansão social e política das instituições capitalistas para resgatar da pobreza e da miséria os trabalhadores atingidos pelas sucessivas crises econômicas que acompanhavam a mecanização da economia moderna, tanto quanto os movimentos políticos que a Europa enfrentava.

Tempos depois, após a criação de algumas associações que representaram a oposição e resistência ao modelo econômico capitalista, surge em 1844 a primeira experiência moderna de cooperativismo na Inglaterra, fruto de tecelões que provinham de diferentes setores políticos e sindicais, denotando, assim, que o associativismo econômico e o cooperativismo sempre estiveram ligados à contestação das relações capitalistas. Desde então, surgiram várias iniciativas de trabalho cooperativado que, longe de apontar para uma revolução nas estruturas sociais e econômicas, tinham o modelo de produção capitalista em seu interior e estavam necessariamente subordinadas à lógica do mercado que as obrigava a estabelecer formas “autoexploratórias” de trabalho, e que jamais poderiam sustentar-se frente à concorrência capitalista, tal como apontou Rosa Luxemburgo (2005); contudo, estas mesmas iniciativas nem por isso deixaram de denunciar a pobreza e todos os tipos de misérias humanas produzidas pelo capitalismo.

Após o colapso dos modelos soviéticos e do *welfare state*, o associativismo ressurgiu na periferia do capitalismo em um meio com condições muito mais precárias para a sobrevivência dos trabalhadores do que à época dos modelos desenvolvimentista e do *welfare state*. Contudo, trouxe consigo os valores sociais incorporados pelos trabalhadores durante o período de lutas precedentes, tais como: participação, democracia, igualdade, solidariedade, etc. (Cruz e Santos, 2011).

Em todo o mundo passa a surgir uma infinidade de empreendimentos da “economia popular”, ora fruto da recuperação de empresas falidas pelos seus trabalhadores, ora pela organização de camponeses, clubes de troca, cooperativas de crédito solidário, etc., sempre reconhecidas como economia solidária, compartilhando os princípios comuns de autogestão, participação e solidariedade como forma de contestação às relações sociais típicas do capitalismo. Desse modo, a economia solidária traz em seu âmago valores antagônicos aos individualistas do liberalismo, contrapondo-se novamente à hegemonia vigente.

Devido ao avanço das consequências da intensa pobreza e formas de exploração do trabalho no capitalismo,

A economia solidária nasce numa situação histórica diferente, em que o problema da pobreza já não está mais apenas vinculado à exploração direta do capital sobre o trabalho, senão que aparece como uma resposta à sua ausência: está vinculada ao desemprego e à saturação do mercado informal autônomo, à disseminação de formas ilegais (e até mesmo violentas) de sobrevivência econômica; está vinculada às tradições rurais transmitidas à periferia das grandes cidades através dos migrantes, de solidariedades várias em meio às dificuldades cotidianas, das ajudas e dos auxílios recíprocos etc. Enfim, formas precarizadas de trabalho expressas como principais reflexos da questão social (Cruz e Santos, 2011, p. 63).

Carta de Princípios da Economia Solidária

Em junho de 2003, durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária, é elaborada a Carta de Princípios da Economia Solidária, construída de forma plural, abarcando as vozes dos principais atores afetados da economia solidária no país. A carta teve como objetivo contextualizar e remontar os princípios gerais e específicos norteadores da economia solidária como conceito e práxis, prevendo sua evolução atra-

vés do desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias e pela construção de uma política da economia solidária em um Estado democrático.

Com o foco no propósito desta discussão, serão abordados alguns importantes trechos que dissertam a respeito do trabalho na economia solidária e dos principais valores que pautam sua atuação.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas. A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/las em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/las são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 1).

O trecho acima recobra a crise do trabalho assalariado e a tentativa perversa dos agentes do capitalismo em transformar produtos e pessoas em coisas, criando lógicas de mercado tal como a competitividade em um modo de legitimar valores a exemplo do individualismo e egoísmo. Para além disso, o trecho denota a tentativa fracassada do capitalismo em estigmatizar as formas cooperativas e associadas de produção como algo atrasado que se deve superar em prol da evolução da humanidade.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 1).

Este ponto é de extrema importância e deve ser foco de atenção de gestores públicos: metade dos trabalhadores (as) sobrevive à margem do corrente modelo hegemônico de produção. Em outras palavras, este dado denuncia o caráter essencialmente excludente do capitalismo na sociedade, devendo-se conceber um projeto alternativo para a subsistência digna de metade da população brasileira.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 1).

Além dos valores antagônicos ao capitalismo, este trecho aponta para a assunção do homem como sujeito, e não mais como mercadoria, massa de manobra, e sua identidade a ser construída a partir dos valores culturais mais amplos e não somente daqueles de mercado, com finalidade econômica, e que acabam por acarretar sofrimento psíquico e inúmeras psicopatologias, amplamente conhecidas na sociedade capitalista. A economia solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

O padrão de consumo também é entendido de forma antagônica ao capitalismo. O produto subsiste e é utilizado pelo tempo de vida útil que possui, e o consumo se dá pela necessidade e não pelo fetiche ou para tamponar falsamente outras faltas existenciais. Nesta concepção, ter não é ser e tampouco a existência humana será considerada como ser para ter e acumular. A solidariedade prevalece sobre a individualidade frente às necessidades do homem.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 2).

Neste sentido, prevê-se como objetivo a felicidade e sanidade mental como eficiência social e não a mera produtividade material, e este método de produção econômica deverá subsistir em sinergia com o meio-ambiente sem depredá-lo como meio para o desenvolvimento.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 2).

O trecho acima denota o reconhecimento do homem e suas necessidades como legítimos, situando-o o mundo de forma inclusiva e participativa, por meio de seu trabalho e relações que se estabelecem na construção e reconstrução da realidade, eliminando as desigualdades por meio da vivência da solidariedade.

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. [...] A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 3).

A economia solidária busca conceber-se como um projeto plural e integral que entende que o sujeito é legítimo por si só, possui voz e esta deve ser ouvida, está inserido de forma ativa e democrática em outras esferas que não apenas a econômica, e deve subsistir em parâmetros sustentáveis com o ambiente, cultura e sociedade.

A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003, p. 4).

A economia solidária, apesar de estar inserida no próprio capitalismo, busca romper com o consumismo, a efemeridade da identidade através do consumo, a busca pelo sentimento de pertença através do consumo, a descartabilidade do produto, o fetiche da mercadoria e a insaciável lógica de acumulação de bens que imperam no capitalismo. A economia solidária as reconhece como mazelas sociais, frutos da lógica do mercado capitalista, e concebe uma existência livre destas amarras do consumismo prevendo uma sociedade mais igualitária, polifônica, diversa e solidária, onde a coisa tem valor de coisa e o homem tem valor de homem.

Consumo na economia solidária sob a ótica dos Clubes de Trocas

Este tópico se dedicará a abordar alguns elementos do capítulo intitulado “Os Clubes

de Troca na Economia Solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo”, do livro “Economia solidária: questões teóricas e metodológicas” de Luciane Santos (2011).

O objetivo deste tópico é, portanto, consoante com o objetivo proposto no estudo supracitado: refletir sobre possibilidades de uma construção epistemológica alternativa para a economia, bem como para o consumo que a anima, que define como inexistente ou irrelevante toda experiência que confronte os valores ocidentais. Ou seja, será possível desarticular a monocultura do consumo (conceito derivado pela autora) que se instala no tecido social e torna invisíveis saberes, ritmos, escalas e produtividades divergentes do modelo ocidental, evidenciando as limitações das construções epistemológicas acerca do consumo, com vista a uma percepção mais abrangente e rica do mundo de trocas? Para responder a esta questão, serão explanados alguns pressupostos teóricos utilizados como base pela autora.

Sabe-se que o capitalismo e a globalização hegemônica otimizaram circuitos de circulação de produtos e serviços à revelia do que isto poderia representar como custo social, cultural ou ambiental e dita quais lógicas e padrões de vida em todos os âmbitos humanos, em que se deve viver para ser aceito, benquisto e considerado legítimo dentro do seio da sociedade capitalista. Esta lógica perversa da falta de alteridade é violenta e busca o gozo na sujeição do outro em mercadoria, na submissão violenta do outro para satisfação de pouquíssimos; e, a partir do momento em que o outro se torna coisa, passa apenas a ser meio a ser usado para o alcance da acumulação de riquezas, onde, por exemplo, a competitividade que supostamente exige custos salariais extremamente baixos em condições sub-humanas de trabalho e existência, em contrapartida, acomoda-se perfeitamente aos custos patronais dos mais elevados.

A autora remonta o conceito de monocultura da obra citada de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007a, in Santos, 2011) em que descreve a produção de ausências nos espaços da vida cotidiana referindo-se às invisibilidades produzidas pelo pensamento hegemônico ocidental, onde o que é produzido fora do contexto da racionalidade ocidental dominante é produzido como inexistente, o que implica o estigma de irrelevante ou incompreensível. Deste modo, todos os saberes, temporalidades, escalas, produtividades e diversidades que desafiem ou ponham em questão a construção da

realidade sob a ótica do mundo ocidental são veementemente silenciados.

A sociologia das ausências, termo cunhado pelo mesmo autor, seria a forma transgressiva de desvelar todos os silenciamentos e criar modos alternativos de viver e construir sentido. Remeto aqui à teoria da construção da realidade social (Berger e Luckmann, 1972), onde se afirma que o ser humano é sim capaz de conceber e construir outra realidade a partir do coletivo e das relações sociais que se estabelecem a partir das convergências de sentido. Ou seja, o conceito de sociologia das ausências seria perfeitamente possível ainda que sob uma sociedade e cultura majoritariamente opressoras e silenciadoras.

Dentre as formas de silenciamento e invisibilidade, a sociologia das ausências evidencia cinco formas atuais de monocultura e produção de ausências: monocultura do saber, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala dominante e do produtivismo capitalista. A monocultura do saber define que fora da ciência não há saber válido, desconsiderando todas as outras formas de saber que são construídas fora do discurso científico. A do tempo linear naturaliza e dissemina a ideia de que o tempo possui relação direta ao dinheiro e converte a simultaneidade em não contemporaneidade (Santos, 2007 *in* Santos, 2011). A monocultura da naturalização das diferenças transforma todo tipo de diferença em um mote para hierarquizar que torna as diferenças sempre desiguais, utilizando-as como fundamentos e recursos para criar e justificar o escalonamento social. Já a monocultura da escala alia-se ao discurso científico e cria a ilusão de que apenas as soluções universais são relevantes e válidas para a construção da realidade, e silencia experiências locais como casos isolados e irrelevantes para uma (re) produção universal. A quinta forma de produção de ausência, a monocultura do produtivismo capitalista, consiste em um parâmetro norteador da produção que fundamenta a intensificação da mais-valia.

Neste sentido, Santos (2011), ao analisar o consumismo na sociedade contemporânea e ao debruçar-se sobre a teoria da monocultura de Boaventura de Sousa Santos, cunha o termo monocultura do consumo como forma de aglutinação das cinco formas de produção de ausência e de ilustrar a construção cotidiana de invisibilidades, constituindo-se como espaço social que, por excelência, constrói parâmetros de racionalidade ocidental e molda como

bem quer a realidade que considera subjacente. Considerando que todas as monoculturas se materializam simultaneamente nas experiências de consumo, a autora acredita ser esta uma sexta categoria de monocultura que intervéem pela consolidação de uma representação social totalmente dependente das perspectivas de identidade e distinção social típicas da realidade ocidental, justamente porque o consumo como sistema simbólico moderno-ocidental coloniza o desejo e prepara o território para que as sementes neocoloniais encontrem solo fértil mediante dominação simbólica. Sobre como a monocultura do consumo articula saberes e mercado, Santos aponta:

A (meta) monocultura do consumo evoca o discurso científico como base legitimadora para a pesquisa e o desenvolvimento contínuo de novos produtos, agora disponíveis segundo a lógica do mercado. A todo o momento, propagandas, embalagens e matérias jornalísticas, sustentadas pelo discurso científico, sugerem ao indivíduo que ele pode ter o corpo que quer, o rosto que deseja, a idade que precisa. Ao mesmo tempo, a lógica temporal do capitalismo se espalha por todas as dimensões da vida cotidiana, pontilhando de competição e desempenho não só os momentos de trabalho, mas também os de lazer. O tempo nervoso do capital atravessa rotinas, prometendo, pela via do consumo e através dos bens, costurar relações e fazer circular sentidos. [...] De modo geral, a dinâmica do mercado se encarrega de tudo atrelar ao sistema de especulação financeira, dilacerando os valores de uso e submetendo-os às oscilações de troca (Santos, 2011, p. 185).

A autora segue seu pensamento denotando o quanto o mercado capitalista reduz em importância, quando não inviabiliza, as experiências locais de troca, valendo-se de todas as formas de produção de invisibilidade para deslegitimar realidades outras que não participem da ordem hegemônica ocidental, utilizando os recursos naturais de modo não sustentável e perverso para maximizar a produção de bens na quantidade e intensidade para as quais pressupõe o consumo.

Para Lévi-Strauss (1976, *in* Santos, 2011), a sociedade se funda no mundo das trocas, ainda que as trocas na contemporaneidade tenham sofrido uma intensa mercantilização, o que faz com que sua compreensão seja reduzida a seu caráter econômico. A partir da análise em sociedades não ocidentais, Santos verifica que não é a acumulação que fundamenta a reproduzibilidade, mas a reciprocidade e a redistribuição que aparecem como fenômenos

estruturantes da vida social. Neste sentido, a autora aponta para as trocas como alternativa de organização social e econômica para a construção de outra racionalidade, ainda que não aponte para a ruptura com o mercado capitalista, mas espera que o alastramento de experiências pautadas em modos alternativos que enfrentem os interesses hegemônicos cause incômodos à reprodução no sistema do capital e empodere politicamente coletividades. Introduce o conceito de dádiva (Mauss, 2003 in Santos, 2011), fundamental para a compreensão das relações que se estabelecem nas trocas e se define como a ação sem garantia de retribuição, mas não destituída de obrigatoriedade. Ao mesmo tempo, é obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional, e tem por finalidade a criação, manutenção ou regeneração do laço social, por se tratar de um processo sem fim, onde a relação importa mais do que a coisa dada.

No que tange à economia solidária, ainda que esta não seja uma economia da dádiva, Santos (2011) afirma que as relações de troca sinalizam para a emergência de outros objetivos no circuito das trocas, como o da coesão social e do fortalecimento das identidades coletivas. Afirma que o princípio da dádiva deve ser resgatado como uma forma de construir uma ponte relacional com o outro, calcada na valoração de sistemas cognitivos diversos, na compreensão da diversidade como fator de enriquecimento, na coesão social e, portanto, na constituição de redes colaborativas e solidárias.

Neste sentido, Santos (2011) apresenta exemplos que ilustram a relação de troca como parcerias colaborativas que apontam para a criação de uma realidade subjacente às trocas capitalistas. São eles: feiras de troca de sementes crioulas que promovem diversidade biológica e o silenciamento dos saberes que foram marginalizados.

A riqueza epistemológica de uma “outra economia” vai na contramão do sistema classificatório que o consumo, como força motriz do mercado, aciona. Neste caso, as trocas materializadas no fenômeno social de um consumo alternativo criam espaço de circulação para sistemas cognitivos diversos, gerando coesão, protagonismo econômico e social e a desarticulação de sistemas dominantes (Santos, 2011, p. 192).

O primeiro de outros dois importantes exemplos citados, que não se configuram como clube de trocas, mas também acenam com a possibilidade de uma ruptura com a lógica de

acumulação dos mercados hegemônicos, é a “Feira de Trocas de Sementes Tradicionais e Crioulas” de São Paulo, onde agricultores familiares e interessados fazem ressurgir e circular espécies raras de sementes, reduzindo a dependência econômica da indústria transnacional de alimentos.

As trocas de sementes firmam a identidade coletiva do agricultor. Ao valorizar e disseminar o saber camponês, promovem uma ação afirmativa pela soberania alimentar e uma barreira indireta, no tecido microssocial, à indústria de transgênicos. [...] Uma vez que as sementes, aqui, não seguem o protocolo especulativo típico das indústrias transnacionais de beneficiamento, a temporalidade nas trocas não remete ao ritmo nervoso das commodities. Nem tampouco a produtividade remete ao circuito usual de exploração do trabalho; antes segue o ritmo da terra e do saber tradicional do campo (Santos, 2011, p. 193)

O exemplo das trocas de sementes denota a não sujeição de pessoas à monocultura das seis ordens vigentes no mercado do capital e reconhece a diversidade como um recurso indispensável para a boa qualidade de vida, sem opressão e os ditames das indústrias transnacionais, permitindo ao indivíduo colocar-se no mundo da forma que lhe apraz através de um processo autônomo de escolha, mudando e ressignificando novos sentidos para o consumo e a própria realidade à sua volta.

A segunda experiência significativa que vale destacar é a do mercado solidário da Granja do Ulmeiro em Portugal. Este grupo organizou um clube de trocas em 2006, predominantemente rural, que promove múltiplas possibilidades de trocas a partir de sua moeda social – GRANJAS – com a qual é possível adquirir roupas, tecidos, peças de artesanato, verduras, legumes, podendo circular até serviços como cuidados médicos básicos. Além disso, o clube proporciona um espaço de convivência e troca de experiências em oficinas, jantares comunitários e eventos culturais que proporcionam um espaço único de reflexão individual sobre sua inserção em um meio plural e diverso.

Neste sentido, a autora afirma que a economia solidária e a economia popular como formas alternativas de produção, distribuição e consumo provocam um rearranjo de forças no tecido microssocial, no âmbito de uma “etnoeconomia” do consumo, para promover novas alternativas de compreensão do mundo dos bens e sua circulação para construir e validar as trocas.

Para a autora, os clubes de troca constituem uma experiência democrática e participativa que vai na contramão da monocultura do consumo, neutraliza ausências, suscita emergências e redimensiona aspectos sociais e políticos da troca. Com os mercados solidários, fortalecem-se as condições de ação e palavra do indivíduo, contribuindo para que ele, o coletivo, seja copresente, contemporâneo e não residual.

Do mesmo modo, ao proporcionar um encontro não residual entre conhecimentos e estabelecer uma temporalidade que respeita os ritmos diversos dentro do clube, a rede de trocas solidária resgata a questão identitária, sem atrelá-la ao consumo que diferencia hierarquicamente (Santos, 2011, p. 196).

Neste sentido, é permitido ao sujeito ressignificar sua identidade dentro dos pressupostos autônomos que sua individualidade quiser eleger como relevantes, no espectro da sociologia das ausências, onde a diversidade e polifonia imperam e as redes de trocas consistem em um mecanismo possível para demonstrar como o consumo pode ser entendido de outra forma e pode abarcar formas de socialização que ressignifiquem toda a realidade posta com as consequências deletérias em todos os níveis da lógica do capital.

Para Santos (2011), os clubes não só resgatam o valor das trocas locais para autonomia material e simbólica das comunidades, como apresentam potencial significativo para a solidariedade entre escalas, podendo constituir-se como experiência compartilhada. No que se refere à sociologia das ausências, os mercados solidários se mostram como uma alternativa transgressiva à ordem homogênea e apontam respostas às cinco monoculturas definidas anteriormente: configuram uma situação em que os saberes diversos enriquecem a experiência, o ritmo da produção e da troca não é ditado pela necessidade do mercado, mas pelo compromisso com a autonomia material e simbólica do grupo, verifica-se potencial para a solidariedade crescente entre escalas, há um incentivo explícito à diversidade epistemológica, e a produtividade é proporcional às necessidades econômico-sociais dos envolvidos.

Construção de identidade e o sujeito na economia solidária

Do mesmo modo como foi abordada a construção de identidade e subjetividade na

sociedade contemporânea e capitalista, este tópico tem o objetivo de contribuir para a compreensão da articulação entre a vivência do trabalho na economia solidária e o processo de construção de identidade e subjetividade neste âmbito.

Pelo lado das teorias sociológicas sobre identidade, temos o interacionismo simbólico, citado anteriormente, concepção na qual a identidade não seria fixa, mas sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com seus grupos sociais. Para Berger e Luckman, (1972), a identidade é sempre assimilada através de um processo de interação e só depois de confirmada pelos outros é que pode tornar-se real para o indivíduo ao qual pertence.

Para Silva (2004 *in* Esteves e Veronese, 2011), identidade e diferença são produzidas ativamente na linguagem, na cultura e no social e referem-se às identidades como “criaturas da linguagem” híbridas, múltiplas e plurais e mostram que não existe mais espaço para oposições simplistas e binárias, e tampouco existem identidades válidas e outras não, provindas das relações de poder assimétricas, reproduzindo desigualdades e ausências (Santos, 2004 *in* Esteves e Veronese, 2011, p.153).

Dado o caráter central do trabalho na vida humana e considerando-se que distintas situações e modos de trabalhar produzem distintas perspectivas da realidade e de viver, o trabalho surge como importante eixo condutor da análise do processo de construção de relações sociais e identidade.

*Sobre a participação central do trabalho na formação da subjetividade, há muito se sabe que as vivências compartilhadas entre os trabalhadores abrangem dimensões cognitivas, afetivas e políticas, possibilitando que eles/elas construam representações de si diretamente ligadas às situações e relações de trabalho, que são também atributos de um eu (Jacques, 2002 *in* Esteves e Veronese, 2011, p. 159).*

Neste sentido, importa saber quais características identitárias diferem o sócio-trabalhador, cooperado e trabalhador associado dos demais sujeitos sociais unicamente voltados ao trabalho na lógica capitalista – ainda que a economia solidária se desenvolva no seio do capitalismo e apresente algumas de suas características em sua práxis. Se for possível listar algumas características identitárias que fazem deste novo sujeito social, distinto e singular, portador de uma identidade psicossocial própria, é porque eles

mesmos falam sobre isso (Esteves e Veronese, 2011). Em outro estudo, as mesmas autoras estudaram cooperativas entrevistando os cooperados a fim de avaliar quais as características psicossociais de quem vive a condição social de um sócio-trabalhador e, ao mesmo tempo, refuta outras como oposta a esta condição.

O resultado foi: “um cooperador, na visão dos membros das cooperativas UNIWIDIA E METALCOOP, deve apresentar *engajamento e compromisso* com o sucesso e o bem-estar do grupo e cooperadores, dentro e fora da cooperativa; *responsabilidade e pró-atividade* com o trabalho próprio e alheio no cotidiano de trabalho; *envolvimento e prontidão* no atendimento às demais necessidades da cooperativa (para além do trabalho); *transigência e comedimento* ao considerar opiniões, posições e interesses diferentes dos próprios; *consideração e solidariedade* com a comunidade e o local onde reside a maioria dos membros e/ou onde está situada a cooperativa. Simetricamente, são características refutadas pelos membros dessas cooperativas: *pensar em si sem implicar-se com o sucesso ou bem-estar do grupo*; *ser reativo ao trabalho*, esperando que o mandem trabalhar; *indispor-se e distanciar-se das demais necessidades da cooperativa*; *ser presunçoso e intransigente* ao ouvir a opinião alheia; *desapreço e descaso com a comunidade*” (Esteves e Veronese, 2011).

Não raro, ao analisar as características supracitadas, percebe-se um antagonismo entre cada uma que não reflete apenas o que é e o que não é, mas quais características presentificam a identidade do sócio-trabalhador e quais as características do trabalhador no sistema capitalista. Aqui, o processo de construção identitária pode ter ocorrido na fronteira, no limite entre quais são as características subjetivas do trabalho no capitalismo e quais se quer conquistar com o trabalho na economia solidária.

A construção dessa identidade prototípica é realizada no cotidiano da cooperativa autogestionária durante o trabalho, nas refeições, na hora do cafezinho e por meio de conversas espontâneas e se configura numa construção coletiva e psicossocialmente compartilhada (Esteves e Veronese, 2011), mas que permita a singularização de cada sujeito, o que fortalece e empodera as comunidades ao terem autonomia para delinear as características que, de fato, convirjam para o que desejam concretizar em seu trabalho e em sua vida pessoal.

Na concepção de Santos (2002 *in* Esteves e Veronese, 2011), para recriar a promessa de emancipação social, é necessário recriar a subje-

tividade que anima cada pessoa na sua singularidade. Desse modo, o sócio-trabalhador pode criar, junto com sua própria identidade, novas maneiras coletivas de viver, pautadas pelos valores da cooperação e da solidariedade.

Conclusão

A realidade e os significados produzidos a partir dela, e que compartilhamos não são algo estanque e limitado. O homem é constituído por meio das interações simbólicas em que participa tanto como agente quanto como paciente da construção simbólica da cultura, estruturas sociais, e interações que estabelece formando uma circularidade constante entre a formação de sua identidade e da realidade em que habita. Neste sentido, tem-se como produto desta circularidade a sociedade contemporânea com todo o espectro de signos e sentidos que ela acarreta nesta conformação interativa.

Dentro da sociedade contemporânea, o trabalho deveria assumir uma inegável importância como fonte de satisfação de necessidades básicas, identificação, autoestima, desenvolvimento das potencialidades humanas, e de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade. Porém, o que se observa na atualidade é completamente antagônico a esta ideia: o trabalho é vivenciado como fonte perene de desigualdades, hierarquização, exclusão, opressão e sofrimento para o sujeito contemporâneo, consequências todas que refletem o modelo hegemônico de produção capitalista.

Tal como foi abordado, as consequências deste modelo não se limitam ao trabalho: o consumo assume papel central na sociedade, definido por valores que seguem a lógica e interesse do capital, o que implica consumir para subsistir e não o contrário, onde as pessoas têm o valor daquilo que consomem e não daquilo que são. A mercadoria passa a ser fetichizada e tanto brilha que pouco importa aos consumidores o que aconteceu com o meio ambiente e os indivíduos, tão legítimos quanto ele, para que determinado produto estivesse pairando como uma solução “divina” nas prateleiras das lojas. Os produtos são criados para terem curta validade, prevendo a manutenção cíclica e nervosa do consumo e, como não, para também sustentar a reprodução do capitalismo e de pessoas alienadas da busca ativa e crítica por seus próprios valores, experiências, saberes, pluralidades, desejos e identidades.

Como resposta ao grito calado dos vários silenciamentos e ausências que as formas de

monocultura criam e reiteram continuamente na sociedade ocidental, tem-se a manifestação opositiva e de não aceitação do modelo vigente capitalista que, muito longe de ser inclusivo e participativo para todos, gera padrões legitimados pela sua própria lógica de segregação, hierarquização, dominação e tipos de identidade preconcebidos para todos os âmbitos da vida que podem ser consumidos cotidianamente nas prateleiras da forma mais esquizofrênica e insana que se possa introjetar na busca incessante pela aceitação do outro social.

Estas respostas surgem com a construção de alternativas possíveis de existência que não se coadunam com a hegemonia da monocultura e, muito pelo contrário, denunciam e revolvem tantos silenciamentos e ausências criadas ao longo de décadas, e que apontam para uma lógica da inclusão; do trabalho solidário, autogestionário, democrático, não precarizado, justo e equânime; da assunção das necessidades humanas de forma legítima e integral, impregnado dos princípios éticos, solidários e sustentáveis.

Para Cruz e Santos (2011), cada vez mais um número maior de seres humanos buscam alternativas concretas, e o período histórico em que surgem essas alternativas é marcado por turbulências, incertezas e novas disputas hegemônicas. A economia solidária se apresenta como portadora de um sentido antitético à dupla contradição do capitalismo contemporâneo. Ela se confronta com relações sociais de produção capitalistas, propondo formas igualitárias de apropriação econômica ou, na pior das hipóteses, tolerando a existência de desigualdades, mas que são controladas e atribuídas em sua magnitude pelo controle social, pelo coletivo de empreendedores.

Da mesma forma, ela representa espaço possível onde a solidariedade é expressa na forma de valores compartilhados por todos e onde o trabalho aparece como substrato material da consciência coletiva, o que permite à comunidade ou sociedade reproduzir-se economicamente, reforçando os valores comuns que foram construídos de forma coletiva por todos, legitimados e reiterados todos os dias. Na economia solidária, o exercício de integração ao grupo econômico, pela via do trabalho, recupera a inserção econômica e social dos indivíduos, o que permite também a recomposição da própria sociedade, à medida que garante inclusão do indivíduo no grupo social da empresa coletiva e no próprio mercado: o indivíduo recupera a crença no caráter coleti-

vo do processo social, o que permite aos trabalhadores associados a sentirem-se parte, outra vez, da sociedade, recuperando a autoestima de seus participantes, empurrando-os a novos desafios e conquistas pessoais – voltar a estudar, participar politicamente, libertar-se de relações opressivas, etc. (Cruz e Santos, 2011).

Na concepção de Esteves e Veronese (2011), é de extrema importância que a organização autogestionária do trabalho permita a singularização do sujeito que trabalha, pois esta significa o processo no qual o sujeito se converte em agente e criador de ruptura. Contudo, apontam que ainda é necessário esclarecer como se manifestam as mudanças na dimensão identitária a partir de uma inserção no campo da economia solidária, e que a avaliação da eficiência dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) deve estar ligada não apenas à remuneração dos sócios, mas à avaliação de ganhos subjetivos, como rupturas nas relações tradicionais de gênero, empoderamento, ampliação dos horizontes intelectuais, etc. Afinal, como prever uma alternativa ao capitalismo, baseando-se a avaliação da economia solidária nos mesmos pressupostos apenas de ganhos financeiros?

Ainda, para Santos (2011), a economia solidária sinaliza a emergência de outros objetivos no circuito das trocas, do fortalecimento das identidades coletivas e da estruturação da experiência simbólica a partir do laço social que talvez seja a chave para a constituição de mercados criativos e o fio condutor para outra racionalidade. Afirma que ela talvez seja uma das formas ocidentais mais complexas de troca-capitalista, constituindo os alicerces de uma teoria emancipatória do consumo que preconiza mudanças relevantes nas formas de socialização. Dado que, se a moeda social não for gasta, perde seu valor, esta corre na contramão da acumulação e institui diversos efeitos nos valores individuais e na dinâmica social que evoca certa polifonia de saberes, identidades e ritmos.

As alternativas de consumo a partir dos mercados solidários não devem ser vistas apenas como uma alternativa econômica: o teor emancipatório destas experiências vincula-se à percepção mais ampla daquilo que se obtém no circuito das trocas. Se um dos pontos mais importantes do consumo capitalista é a construção identitária, no caso do consumo solidário, a questão não perde valor. É fundamental que, com o redimensionamento político da troca, a identidade individual e coletiva se forje a partir de outros ganhos, que

não a distinção: a coesão social, o enriquecimento pelo encontro com a diferença, o protagonismo econômico e social, o fortalecimento da ação e da palavra (Santos, 2011, p. 198).

Contudo, é também evidente que nem todos os trabalhadores envolvidos em iniciativas no âmbito da economia solidária se percebem como sócios-trabalhadores. Na pesquisa sobre o processo de construção identitária de Esteves e Veronese (2011), foi demonstrado que muitos se percebem não como sócios-trabalhadores, mas como empregados, já que em sua vivência da condição societária de sócios-trabalhadores não percebem suficientes características do protótipo para se identificarem com ele e, por outro lado, identificam nessa vivência características daquilo que é próprio da condição de empregado. As pessoas que não assumem a identidade prototípica sofrem com a não conformidade entre sua condição societária e sua identidade psicossocial: umas se calam e seguem trabalhando, outras abandonam a cooperativa. As informações apontadas demonstram a condição de se viver em um modelo hegemônico extremamente impositivo. Apesar de muitas vezes tentar construir alternativas, os indivíduos acabam por carregar muitos estigmas e valores que consequentemente minam o alcance dos objetivos reais e concretos da economia solidária.

Neste sentido, incorre-se na mesma pergunta abordada no estudo de Esteves e Veronese (2011, p. 79): Em que medida os trabalhadores associados serão capazes de se transformarem de “classe-em-si em classe-para-si” e articularem de forma coerente um projeto macrosocial (econômico e político) à experimentação microeconômica? As autoras concluem que a resposta a esta indagação somente o tempo histórico poderá dar, mas que sua conformação aponta para o futuro e a emancipação. A este ponto, agrego a tese de Santos (2011, p. 199) em que seu entendimento pode se generalizar não apenas ao consumo, mas a todas as iniciativas de economia solidária por participarem das mesmas condições e contradições: as experiências solidárias de consumo, bem como outras de caráter popular, não devem ser prematuramente desconsideradas ou descartadas quando configuram experiências pontuais. O que pode parecer fracasso, dada a descontinuidade, deve ser entendido como um processo. Deve-se levar em conta que este processo implica, antes mesmo do resultado econômico, a aprendizagem de novas formas

de sociabilidade e que, talvez, resida aí uma de suas maiores contribuições, ao oxigenar o mundo capitalista com outras racionalidades.

O fato que se aclara com os exemplos e a revisão literária é de que outra realidade não só é possível, como já está sendo construída apesar de todas as suas contradições e seu caráter de escala reduzida. A pretensão da economia solidária não é a revolução econômica e política, mas apontar problemas provindos da lógica capitalista, conceber alternativas viáveis, ainda que dentro do capitalismo, e colocá-las em prática mesmo com todas as dificuldades e percalços do caminho. O caráter de processo é inerente a todo tipo de mudança e, como tal, demanda tempo e construção coletiva para seu crescimento e consolidação, de iniciativas a iniciativas.

No ensejo de se pensar a consolidação da economia solidária, é inevitável a assunção por parte do Estado sobre a necessidade de construção de políticas públicas para seu apoio, ampliação e fortificação. Contudo, uma política desta ordem só será efetiva a partir do amplo conhecimento apriorístico da sociedade contemporânea em todas as suas vertentes, principalmente para os efeitos de uma daquelas que mais move o mundo: a subjetiva, em suas nuances identitárias, simbólicas, de representação comportamental pelo consumo, de saúde mental e todas as significações da realidade que esta vertente possa construir. Também se faz necessário o mesmo tipo de conhecimento prévio das dificuldades e distorções no momento da prática da economia solidária, para que seja possível criar ações voltadas a um contexto real e previamente conhecido para se alcançar a tão almejada construção de uma sociedade plural, igualitária, inclusiva, justa e solidária.

Referências

- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 280 p.
- BERGER, P; LUCKMANN, T. 1972. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Editora Vozes, 247 p.
- CRUZ, A.; SANTOS, A.M. 2011. A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In: P. HESPANHA; A.M. SANTOS (orgs.), *Economia solidária: questões teóricas e metodológicas*. Coimbra, Edições Almedina, p. 57-82.
- DEBORD, G. 1997. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 164 p.
- ESTEVES, E.G.; VERONESE, M.V. 2011. Identidade e economia solidária: sobre o processo de construção identitária no trabalho autogestionário.

- In: P. HESPANHA; A.M. SANTOS (orgs.), *Economia solidária: questões teóricas e metodológicas*. Coimbra, Edições Almedina, p. 151-167.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2003. Carta de Princípios da Economia Solidária. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60. Acesso em: 09/10/2015.
- HARVEY, D. 2006. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola, 349 p.
- LUXEMBURG, R. 2005. *Reforma ou revolução?* São Paulo, Expressão Popular, 136 p.
- MARX, K.; ENGELS, F. 1989. Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In: F. FERNANDES (org.), *Grandes cientistas sociais*. São Paulo, Ática, p. 146-181.
- NASCIUTTI, J. 1996. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. *Documenta Eicos*, p. 51-58.
- NAVARRO, V.L.; PADILHA, V. 2007. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Revista Psicologia & Sociedade*, **19**(119):14-20. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000400004>
- SANTOS, L.L. 2011. Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo. In: P. HESPANHA; A.M. SANTOS (orgs.), *Economia solidária: questões teóricas e metodológicas*. Coimbra, Edições Almedina, p. 169-204.
- SEVERIANO, M.F.V.; ESTRAMIANA, J.L.A. 2005. Consumo narcisismo e identidades contemporâneas: uma análise psicossocial. Rio de Janeiro, EdUERJ, 98 p.
- SOAR FILHO, E.J. 2002. *Espaço, identidade & saúde mental na sociedade contemporânea*. São Paulo, Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1006>. Acesso em: 09/10/2015.
- TAVARES, F. 2004. O consumo na Pós-Modernidade: uma perspectiva psicossociológica. *Comum*, **22**(209):122-143.

Submetido: 17/08/2015
Aceito: 23/10/2015